

Áreas alagadas em Macapá: estudo de caso Bairro do Araxá.

Sybelle Lima Serrão¹, Ricardo Ângelo Pereira de Lima²

1. Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Advogada pós-graduada em Direito público com ênfase em direito penal pela Universidade Potiguar – UnP/ Damásio de Jesus, Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas, PPGDAP/UNIFAP, 2011 e Professora Universitária, Brasil. E-mail: sybelleserrao@gmail.com

2. Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1994), graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1990), Mestre em Geografia Humana - Universidad Autónoma de Barcelona (2000), doutorado em Geografia Humana - Universidad Autónoma de Barcelona (2004) e doutorado em Géographie et Aménagement - Université de Toulouse II (Le Mirail) (2004). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Amapá, Brasil. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Amapá, Amazônia, política pública, sustentabilidade, política e meio ambiente e gestão ambiental pesqueira.

RESUMO: Este artigo visa abordar as discussões travadas a cerca da ocupação de área alagadas no município de Macapá, especificamente no bairro do Araxá. Destacando a necessidade de organizar o espaço urbano como forma de evitar o crescimento desordenado e precário das cidades, destacando que na área alagada do bairro do Araxá existem sérios problemas de ordem social, econômico e ambiental oriundos de uma ocupação não planejada e irregular por parte da população de baixa renda que procura os espaços desprezados pelo mercado imobiliário para fixar moradia. O que vai resultar no aumento da pressão das atividades antrópicas sobre o meio ambiente, gerando efeitos e impactos ambientais para toda cidade de Macapá.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Ocupação; Bairro do Araxá; Macapá.

ABSTRACT: This article aims to address the discussions about the occupation of the area flooded in the city of Macapá, specifically in the neighborhood of Araxá. Highlighting the need to organize the urban space as a way to avoid sprawl and poor towns, noting that the area flooded neighborhood Araxá there are serious problems of social, economic and environmental contamination of an unplanned occupation and irregular by the low-income population seeking spaces despised by the real estate market to secure housing. What will result in increased pressure of human activities on the environment, generating effects and environmental impacts for the entire city of Macapá.

Key words: Urban Space; Occupation; District Araxá; Macapá.

1. Introdução

A urbanização desordenada e sem planejamento ocorrida na cidade de Macapá tem raízes históricas e sociais, tendo iniciado ainda no momento em que o Estado do Amapá era um Território Federal com a distribuição de lotes de terras era feito sem critérios e sem garantia mínima de infraestrutura como água, esgoto, drenagem, iluminação público, etc. houve uma urbanização descontrolada, sem a observância dos princípios básicos do Plano Diretor Urbano, que fora criado apenas em 1959.

Autores como Lima (1995, p.10) atribui o caos urbano ao seu próprio processo de urbanização, onde com a intensificação do processo migratório, através da “criação dos territórios federais nas terras que antes pertenciam ao Pará e a instalação da mineradora Indústria e Comércio de Mineração” (ICOMI).

Essas transformações espaciais no território amapaense ficaram evidentes com a gênese da Unidade Federativa do Amapá em Estado através da Constituição Federal de 1988 (CF/88), como também em função da criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), somados aos fatores supra mencionados contribuíram tanto para o aumento populacional, quanto para expansão urbana.

Essa expansão horizontal ilimitada, que avançou em toda cidade durante seu processo de formação e que foi mais severa sobre as áreas alagadas ou de preservação ambiental, e que estão atreladas à própria ocupação desordenada da cidade, foi uma das causas desse caos habitacional na cidade.

O próprio isolamento geográfico contribui para o insucesso das políticas habitacionais, quando não se verifica o empenho em resolver completamente o problema, principalmente

quando este traz benefícios financeiros aos mercados imobiliários, aos bancos, as construtoras, as incorporadoras e é um fenômeno de arrecadação de votos nos períodos eleitorais.

Somado a tudo isso, a inoperância do poder público ao gerir este problema, pois como essas políticas públicas habitacionais são muito onerosas e com retorno à longo prazo poucos são os protagonistas privados que arriscam a investir, compondo assim o clima de caos e desequilíbrios entre as forças que são constantes nessa relação.

A questão habitacional em Macapá

A urbanização desordenada e não planejada traz inúmeros problemas como a falta de infraestrutura, o adensamento de moradias, problemas fundiários, problemas sanitários, etc. além da exclusão social, marginalidade e violência.

Philippi Júnior (2002) detectou que a raiz do problema se apresenta na grande concentração populacional nas áreas urbanas, aproximadamente 80% da população total do País e conclui que poucos municípios têm seu Plano Diretor atualizado, como também raramente se utilizam deste para direcionar o uso e ocupação do território, e, por conseguinte o controle e proteção ambiente.

O melhor instrumento de organização da cidade é o plano diretor, e quando este não vem ditando as diretrizes de organização do espaço urbano e buscando o cumprimento destas, ocorre o que se observa em Macapá, onde em uma data pretérita lotes de terras eram distribuídos à população sem qualquer critério ou infraestrutura mínima.

Macapá obteve seu primeiro plano diretor participativo em 2004, e este nem veio a atender suas reais necessidades e sim para cumprir com compromisso burocrático imposto pelo Governo Federal, devido o Estatuto da Cidade ter sido criado no ano de 2001 e exigir um plano diretor atualizado.

Existe uma dissonância de atitudes com relação a questão habitacional em que estão previstas pelo Governo Federal, pois não se sabe quem é o ente público que trabalha efetivamente para a realização desta, a União

toma algumas ações, o Estado toma outras e o Município outras, e nenhuma delas se completam ou interligam, na verdade a propositura deveria partir de uma ação integrada entre todos.

Fora isso existe uma série de conjugações como a questão fundiária urbana; a aplicação dos instrumentos previstos em lei através do Estatuto da Cidade; os projetos setoriais e claro que uma revisão do plano que realmente fosse participativo, ou melhor, que atendesse a população e não o mercado imobiliário, que deverão ser avaliadas antes de qualquer ação desses entes.

Existe um abismo entre as políticas conjugadas oficiais mais recentes pensadas para solucionar a questão habitacional, que evidentemente estas não contemplam a área alagada do bairro do Araxá, o que acaba criando uma anomalia em razão de que o poder público tem que resolver a questão, mas a solução em sua maior parte seria fazer a revitalização e remanejamento desses moradores por não ser área apropriada a este propósito.

Então o dilema é formado a partir do momento em que estes programas começam a ser executados, pois a política do Governo Federal é uma política de construção de casas, e não de moradias, logo não absorve o entorno da área, justamente onde se concentram os aglomerados urbanos.

Inclusive os agentes que interagem nessa política como os financiadores, como a Caixa Econômica Federal (CEF), por exemplo, financiam a casa, não seu entorno, o que de certa forma contraria o próprio Estatuto da Cidade (EC) com relação a gestão democrática da cidade, direito de propriedade, direito de uso, etc.

Conflitando assim com o plano diretor, principal ferramenta do município para a organização do espaço urbano da cidade, que quando não é implementado dificulta a aplicação dessas políticas que são estritamente setoriais.

Desta forma, o espaço, ou melhor, sua organização começa a ser questionada quando surgem as consequências como a degradação ambiental, acúmulo de lixo, poluição dos

lençóis freáticos, disseminação de doenças infecciosas, violência, etc.

Assim, planejar o espaço urbano está relacionado ao estudo e conhecimento da área, o que também é confuso, pois de acordo com o GEA (2011) existe um déficit de 42 mil unidades habitacionais, já o Ministério das Cidades (2012) alega que esse déficit está em 25 mil unidade habitacionais e o IBGE (2010) aponta para um déficit de 17 mil unidade habitacionais, logo não existe um consenso nem com relação as principais fontes de dados com relação ao déficit.

A falta de conhecimento ou cumprimento do plano diretor impossibilita que os caminhos sejam trilhados de forma correta, tornando esses espaços ocupados de forma irregular em Macapá propícios a patologias diversas e ainda condena toda a cidade a disfunções urbanas que se tornarão cada dia mais difíceis e complexas de serem corrigidas, exigindo assim custos cada vez maiores.

Esse crescimento desorganizado que se apresenta na cidade de Macapá, remete a população pobre para as áreas desprezadas pelo mercado imobiliário não pode jamais ser confundido como um dos reflexos comuns da urbanização, ao contrário obstam o próprio desenvolvimento futuro da cidade.

Assim é que Monken, et. al. (2008, p.33) entende que apesar de desprezada pelo mercado imobiliário estas áreas representam riscos de diversas vertentes e que por este motivo deveria ser impedida sua ocupação:

[...] ocupam áreas de difícil construção desprezadas pela especulação imobiliária. Tais populações, ao se estabelecerem nesses locais, com suas construções precárias, podem levar à degradação da área, do seu entorno e dos recursos naturais, causando uma acumulação de riscos, dentre os quais a disseminação de doenças infecciosas.

Girelli (2009) ratifica o entendimento de Monken, et. al. (2008) quando conclui que a ocupação das áreas alagadas se dá pela população pobre, trabalhadores informais e migrantes a procura de espaços desprezados

pelo mercado imobiliário. E justamente nessas áreas é que se observa a maior desigualdade social, a pobreza urbana e a degradação ambiental.

Esta realidade afeta severamente o planejamento urbano, em razão de essas áreas serem desaconselháveis de serem habitadas em razão da fragilidade de sua geografia e ainda compõem um quadro desfavorável ao bem estar dos habitantes.

Em razão dessas inúmeras ocupações as áreas alagadas em Macapá e muita discussão, despontou a real necessidade de colocar em prática a Função Social (FS) da cidade e da propriedade desapropriando as áreas alagadas impróprias a moradia e dimensionar soluções urbanísticas pouco onerosas para resolver a questão.

Uma solução ao problema seria a parceria entre os entes públicos no sentido de criar moradias de coletiva para população de baixa renda que se concentram nessas áreas alagadas por estrita falta de opção de moradia, porém a questão não é simplesmente distribuir casas, deve se pensar em um trabalho social para seus moradores e o entorno da área.

Muitos são os exemplos negativos de políticas habitacionais em que moradias foram distribuídas para população carente sem a observância de um trabalho social sério, como se observa no residencial Mucajá, no bairro Santa Inês, ondeo que se verificou foi que essas pessoas não foram qualificadas para viver num ambiente coletivo, tão pouco seu entorno que sofre uma repentina qualidade de vida.

Portanto, exemplos como acima mencionado viraram “casos de polícia”, ou seja, para essas áreas não foi pensado como política instrumental como prevê o Estatuto da Cidade (EC), mas simplesmente como distribuição de casas, sem o devido preparo ou preocupação social e coletiva, o que compromete a finalidade da política habitacional e contribuindo para sua ineficiência, uma vez que provavelmente os moradores retornarão para suas moradias anteriores, nas quais já estavam adaptados.

O presente estudo visa abordar as discussões travadas a cerca da ocupação de área

alagadas no município de Macapá, especificamente no bairro do Araxá, destacando a necessidade de organizar o espaço urbano como forma de evitar o crescimento desordenado e precário da cidade de Macapá.

2. Material e métodos

Área de estudo

O bairro do Araxá possui uma extensão de 9,9 hectares, apresentando um grande número de habitações irregulares, principalmente em suas áreas alagadas chamadas de ressaca, ou/e terras caídas (fenômeno geomorfológico), que compreendem o limite desde a rua Novo Horizonte (complexo turístico do Araxá, Marlindo Serrano), as 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a e 12^a avenidas, a passagem Beira-Rio, a passagem CPA, a ponte da Liberdade, a rua Setentrional, o beco da Saudade e a avenida Equatorial.

Importante destacar dois conceitos, o primeiro de ressacas que para Néri (2004) é uma expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos Quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio de uma intrincada rede de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas ou/e terras caídas (fenômeno geomorfológico), e o outro de terras caídas que é fenômeno natural, quase sempre imprevisível, que se manifesta através do debarrancamento ou desprendimento das margens dos rios deslocando grande quantidade de solo para dentro do leito (CONAMA, 2010)

Segundo dados fornecidos pelo Governo do Estado do Amapá (GEA, 2011), o bairro do Araxá possui 1.485 habitações de forma adensada, precária, deficiente ou inadequada, entãose em cada habitação tiver em média quatro moradores, mensura-se que neste bairro teria aproximadamente 6.000 pessoas ocupando as baixadas permanentemente inundáveis, ou áreas alagadas, ou de ressacas, o

que perfaria um total 1,5% da população de Macapá.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) estima que o número de domicílios em aglomerados subnormais seja de 709 habitações, tendo em média 4,9 moradores por domicílio, o que perfaria uma população de 3.453 habitantes, somente nas áreas alagadas do bairro do Araxá.

Frise-se que ambas as fontes consultadas não consideraram a coabitação que elevaria esses números em 17% nos seus resultados, sendo para o GEA (2011) a população passaria para 6.949 e para o IBGE (2010) esta seria de 4.040 habitantes.

O IBGE (2010) aponta que Macapá possui 398.204 habitantes, distribuídos em uma área de 6.408,545 km² de extensão, ou 59% da população do estado do Amapá esteja concentrada em sua capital, desses 62.290 habitantes estão em aglomerados subnormais, representando aproximadamente 16% da população do município.

Somente nas áreas alagadas do bairro do Araxá totalizam 3.453 habitantes, ou seja, 0,9% da população municipal, isto é, 6% da população em aglomerados subnormais.

Portanto, em razão da confiabilidade os dados utilizados no estudo de caso serão os do Instituto Oficial, o IBGE (2010), onde se extraiu uma população amostral de 208 residências, ou mais de 1000 pessoas afetadas por ambiente insalubre a habitação humana. O critério adotado para a amostragem foi em escolher o (a) responsável/mantenedor (a) desta residência, por serem lastros financeiros das famílias.

Frise-se que a amostra utilizada na pesquisa corresponde a 29% do universo escolhido, que de certa forma é um número considerável e confiável.

3. Resultados e discussão

Os problemas socioeconômicos visualizados nas áreas alagadas do Bairro do Araxá

A paisagem urbana das cidades brasileiras não é constituída apenas de prédios, praças, parques, indústrias e pessoas circulando, mas, inclusive de grandes assentamentos humanos

principalmente nas periferias, sem condições mínimas de vida.

Uma das condições que contribui para formação desses assentamentos humanos nas periferias da cidade é o fator econômico, onde se constatou que 88,9% das famílias habitantes das áreas alagadas do Araxá não tem renda familiar ou possuem renda em até 3 salários mínimos.

Desta forma percebe-se que para Santos (2010) 94% da população residente na área do Aturiá possui renda familiar de até 2 salários mínimos, sendo confirmado pelo trabalho de campo cujo percentual ficou em 85,2% dos habitantes da área alagada do bairro do Araxá recebendo até 2 salários mínimos, esses números são bastante relevantes e caracterizam o perfil de pobreza observado na área.

O estudo conseguiu obter como resultado com relação a atividade laboral dos moradores do bairro Araxá que em sua maioria desenvolve o trabalho autônomo, ou seja, mais de 60,2% dos entrevistados possui receita familiar mensal flutuante, o que causa uma insegurança muito grande as famílias, principalmente no momento de dispor a renda.

Vale ressaltar ainda que o trabalhador autônomo se caracteriza por ser um prestador de serviços sem vínculo empregatício, apesar de ter um ofício definido (pedreiro, eletricista, encanador e etc.) trabalha sem registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

A pesquisa encontrou um percentual de 23,2 % de moradores com rendimentos mensais fixos, o que de certa forma é um número preocupante.

Santos (2010, p. 71) aponta que 31% da população residente na área do Aturiá não possui remuneração fixa, 33% possui remuneração fixa e 36% da população não possui rendimentos mensais, comprovando assim a economia oscilante presente nas áreas alagadas do bairro do Araxá.

Para evidenciar a problemática aqui exposta, o Estudo de Caso fora imprescindível para o sucesso da pesquisa, pois mostrou-nos que 64,8% dos entrevistados residem em áreas

alagadas no Bairro Araxá por não terem outra opção de moradia, ou seja, sua permanência nestes lugares insalubres para o convívio humano se dá de forma compulsória. Regime este de segregação e apartação social e econômica.

Porém 6,5% dos entrevistados responderam que moram nas áreas alagadas do bairro do Araxá por gostar, e isso pode ser atribuído a própria procedência da população que é eminentemente oriunda do Estado do Pará, mais precisamente de suas ilhas, que migram em busca de melhores condições de vida e trabalho, e acabam se estabelecendo nessas áreas devido a familiaridade com o ambiente ribeirinho.

Apesar de 19,4% não terem respondido a pergunta, constatou-se o ambiente de pobreza e baixa qualidade de vida, que se pode deduzir a falta de opção em relação a moradia.

Para Santos (2010, p. 72) morar em áreas alagadas é uma necessidade, em razão de não restar outra opção a essas pessoas senão construir suas vidas nas periferias, onde o custo de vida é mais baixo, porém, é mais baixo também o índice de qualidade de vida, segurança, serviços de saúde, educação, cultura, lazer, etc.

Vale lembrar ainda, que o tempo de moradia (permanência) da população na área pesquisada é significativo, visto que 74,1% deste universo residem a pelo menos 5 anos no local, e deste montante, 36,1% estão fixados no bairro desde sua “fundação”.

Através da pesquisa conseguiu constatar que 0,9% dos moradores habitam esta área há mais de 20 anos, com a utilização da área para o lazer e entretenimento. E observou-se também que 3,7% moram há menos de 01 ano no local, o que traduz a expansão da ocupação urbana nessa área, em razão da falta de opção, ou visando contemplação em programas habitacionais voltados as áreas alagadas, ou ainda para fins comerciais.

Este fenômeno acontece principalmente com população de baixa renda, pois a pressão demográfica proveniente dessa parcela populacional aliada a não valorização da área, diante de diversas restrições e proteções ambientais ali impostas acarreta baixo interesse

em especulação pela área pela maioria do setor privado.

Além disso, outros fatores contribuem para a manutenção deste quadro pernicioso como o baixo nível de escolaridade e a renda familiar levando-nos a crer, que estes ali permanecem, por falta de opção, visto que 61,1% da população do bairro ganha até 1 (um) salário mínimo, não possibilitando-os de sair, devido a altíssima especulação imobiliária (muitas vezes, sem atender a função social da cidade e da propriedade) que toma conta da cidade de Macapá.

Assim é que a realidade das áreas alagadas do bairro do Araxá registra que 89,9% dos questionados responderam que são analfabetos ou possuem um baixo nível de escolaridade, o que contribui para agravar o quadro de pobreza e marginalidade social.

Confrontado os dados obtidos por Santos (2010, p.70) indicando 21% de analfabetos para a área do Aturiá; 19% possuem o Ensino Fundamental I Completo (4ª série) e 29% não possuem o Ensino Fundamental I Completo, ou seja, não possuem a 4ª série. O que se constata é que houve uma diminuição no número de analfabetos que se apresentava em 21% e atualmente representa 14,8% da população.

Um dos problemas mais graves observados na área estudada está na dificuldade dessas pessoas ao acesso a educação.

Apesar de também haver um declínio no ensino fundamental, houve uma elevação com relação ao acesso ao nível superior completo, ou graduação que Santos (2010, p. 70) cita o percentual de 2%, tendo o estudo de caso encontrado número diverso, 5,6% da população estudada.

A educação liberta o indivíduo da ignorância e o leva a fazer questionamentos, processar criticamente as informações recebidas e viver com mais qualidade na vida social, política, econômica, etc., assim como possibilita o maior empenho em alcançar os objetivos.

Desta forma, é que a baixa escolaridade contribui para a realidade observada nas áreas alagadas do bairro do Araxá, onde a omissão convive pacificamente com o descaso, vindo o

problema à tona apenas nos períodos chuvosos e de pleitos eleitorais.

Ainda tratando da situação econômica das famílias que residem os alagados do bairro do Araxá, como relação a forma de locomoção mais da metade dos entrevistados, ou seja, 53,7% dos moradores utilizam diariamente como meio de deslocamento a bicicleta, evidenciando o problema de transporte e locomoção humana na cidade causada pela incipiente malha viária de ônibus, assim como as péssimas condições de trafegabilidade em vias públicas.

Não existe a preocupação em garantir direitos básicos como o da acessibilidade, pois, apesar da bicicleta ser o principal instrumento de transporte, não existe se quer uma ciclovia destinada a atender esses moradores.

Pode-se constatar ainda que 66,7% dos moradores das áreas alagadas do bairro do Araxá não é atendido pelo transporte público, e dos 31,5% que utilizam o ônibus como principal meio de transporte todos foram unânimes nas reclamações com relação a demora, sucateamento dos veículos e preço das tarifas cobradas.

Outro número que surpreende é dos moradores que possuem automóvel próprio e o utilizam para locomoção, isto é, 5,6% dos moradores das áreas alagadas possuem automóveis e 4,6% dos moradores possuem motocicletas, levando-se em consideração que se conseguiu constatar que a maior parte da população que habita essa área é tida como pobre, o número de automóveis presentes conduz a comercialização urbana/imobiliária que já se instalou na área.

Esse crescimento desordenado e precário é que vai empurrar a população carente para as áreas com pouco interesse econômico, onde irão construir suas casas e fixarem residência, que não são suas por direito, ao contrário, são donos apenas das benfeitorias construídas, porém jamais terão a posse total ou a propriedade de fato em razão dessa área ser considerada “área de marinha”, sendo regulamentada pelo Decreto-Lei N° 9.760/46 e está sob tutela da União, conseqüentemente impróprias para moradia humana.

A lei supracitada, em seu artigo primeiro, trata como bens imóveis da União as áreas de marinha e seus acrescidos, e no seu artigo segundo alínea A refere-se à conceituação, como veremos a seguir “[...] os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés”. (BRASIL, Decreto-lei, 1946, p. 1).

Portanto apesar de 54,6% dos questionados se autodeclararem donos de suas próprias residências, estes só tem a propriedade da benfeitoria erguida, escritura ou regularização definitiva pelos Órgãos competente da PMM, visto que as áreas ali habitadas (ressaca, terras caídas e várzea) são “área de marinha”.

Entende-se por moradia própria aquelas que foram construídas pela própria família que habita o imóvel ou teve suas posse e benfeitorias compradas, ainda que através de contrato precário. Já as moradias invadidas, são aquelas cujos habitantes no momento da pesquisa haviam tomado posse (invasão) após abandono dos moradores anteriores. Vale lembrar ainda, que os demais critérios de moradia diferente do “próprio” representam especulação da posse.

Constata-se que mesmo existindo muito pobreza na área estudada, ainda se observa um tipo de comércio imobiliário se desenvolvendo diante de tanta carência, pois dos moradores que responderam ao formulário aplicado 27,8% respondeu que invadiu o local em que reside por razões diversas, quer para poder participar de alguma política ou programa habitacional, quer para poder obter renda extra através de aluguéis em que 11,1% da população da área se encontra.

Importante ressaltar que o maior problema no que tange a organização urbana das cidades brasileiras gira em torno da legalização fundiária, dos quais quase que a totalidade do espaço urbano de Macapá está desprovido, o que impossibilita uma melhor organização urbana.

Assim é que através da observação da pesquisadora na área certificou-se que as casas são muito pequenas, não existindo quintais, sem o distanciamento necessário entre as casas para a ventilação e privacidade, explicando

assim a definição utilizada pelo IBGE (2010) de “aglomerados urbanos”.

Pode-se constatar ao longo da pesquisa, com apoio da tipologia de Estudo de Caso, o detalhamento das residências da área estudada. A estrutura dos estabelecimentos habitacionais não é maior do que 3 cômodos (25,9%) e para agravar o cenário de aglomerados urbanos (típico das cidades), 49,1% destes domicílios tem apenas 1 (um) dormitório.

Outro fenômeno a ser relatado é a composição familiar e o número de famílias por residência. É comum no bairro Araxá, em um mesmo espaço/terreno encontrar-se-á mais de uma família (coabitação) convivendo na mesma casa.

Vale lembrar ainda que 55% dos sujeitos entrevistados ao longo desse trabalho são oriundos do Pará, conforme gráfico abaixo.

Comparando com a realidade exposta por Lima (1995) que apontou que 70,07% da população macapaense ser composta por migrantes, em geral do Estado do Pará, a pesquisadora em campo verificou que a procedência dos moradores das áreas alagadas do bairro do Araxá é de 62% de migrantes, especialmente paraenses, maranhenses, alagoanos e amazonenses que vem em busca de trabalho e moradia.

E assim Santos (2010, p. 69) por meio de pesquisa de campo também constatou que 84% da população da ressaca do Aturiá é composta por paraense, principalmente das ilhas vizinhas Afuá e Breves, seguida de Bagre, Chaves e Portel, etc. em menores proporções.

Essa grande quantidade de migrantes em sua população se deve em razão do Estado do Amapá ser bastante recente, que foi criado com a Constituição de 1988, daí a procura de por oportunidades laborais.

No que tange ao tratamento e destinação do esgoto nas habitações existentes nas áreas alagadas do bairro do Araxá, a pesquisa detectou um grande problema ambiental, visto que mais de 37% dessas casas possuem banheiros externos (latrina) ou ainda não possuem banheiros; e 54,6% destas usam fossas rudimentares, portanto, não destinam adequadamente os dejetos humanos, fato este que preocupa poder público, estudiosos e

militantes da área socioambiental, pois os dejetos são despejados diretamente no rio Amazonas sem nenhuma forma de tratamento e é este mesmo rio que a CAESA capta água para consumo humano na cidade inteira.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através da Pesquisa de Orçamentos Familiares - IBGE (INSTITUTO/POF, 1996) a fossa Rudimentar é caracterizada quando a instalação sanitária, havendo ou não aparelho, estiver ligada à fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc.). Já a fossa séptica ou rede geral segundo o mesmo estudo seria quando a canalização do aparelho sanitário estiver ligada a uma rede geral de esgoto sanitário ou quando a canalização do aparelho sanitário estiver ligada à fossa que receba tratamento.

O que se conclui é que mesmo havendo um tratamento preliminar através da fossa séptica, este tratamento não é condicionado até o final do processo, que vai também desembocar no rio Amazonas, ou seja, quase que 100% do esgoto das áreas alagadas do bairro do Araxá vai desembocar no rio Amazonas.

Interessante mencionar que alguns moradores deixam o encanamento direto para o rio, onde os mesmos possuem redes de captação clandestina de água feita pelos próprios moradores que pegam água direto do rio Amazonas para sua residências, num ciclo vicioso infinito.

Essa destinação da fossa vai influenciar diretamente no bem estar e saúde da população que habita a área de estudo, em razão de que mesmo depositando todo esses dejetos com pouco ou sem tratamento no rio Amazonas, como este atende toda a cidade, o moradores irão consumir diretamente esta água, pois durante a aplicação dos formulários foram poucas as casas em que se observou a presença de filtros ou purificadores de água.

Logo, no que tange a saúde dos 71% dos moradores entrevistados alegaram não possuem doenças graves, ou crônicas, deficiência física ou mental na família, informalmente informaram que sofrem com alergias de cutâneas ou respiratórias, ou ainda diarreias, vômitos e febres que atribuem a

péssima qualidade da água a qual são atendidos.

Desses moradores pesquisados, 75% diz recorrer ao hospital de emergência para atendimento de rotina ou em caso emergencial, o que de certa forma é preocupante em razão da sobre carga perante este.

Quando informalmente questionados sobre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) próximas como a UBS São Pedro distante aproximadamente 1,7 Km e a UBS Rubim Aronovith distante aproximadamente dois quilômetros, que utilizando o principal meio de transporte utilizado, a bicicleta, tomariam respectivamente 22 minutos e 31 minutos, estes alegaram preferir o hospital de emergência e o hospital da criança que levariam uma hora para chegar.

Esponaneamente justificaram a preferência atribuindo que as UBS próximas nunca possuem os medicamentos necessários e que nem sempre existe um médico presente para atendimento, geralmente alegaram que são atendidos por enfermeiros, ou técnicos de enfermagem e que quando verificam uma gravidade maior encaminham para o hospital geral ou hospital da criança.

Após a pesquisa ficou claro que o processo de ocupação das áreas alagadas e frágeis ocorreu e ocorre devido a falta de planejamento urbano e a grande comercialização imobiliária que assola a cidade de Macapá, desde antes da formação do Território quando do modelo de fortificações para defesa, posteriormente em razão dos grandes projetos agrominerais, assim como a ALCMS e os cargos criados nas três esferas de poderes quando já Estado do Amapá.

Desde sempre Macapá contou com problemas de ordem habitacional, que alavancaram uma série de problemas de ordem ambiental e social dentro os quais se destaca o processo de ocupação irregular do solo urbano a começar pela orla fluvial urbana da cidade se estendendo, posteriormente a outros espaços como as áreas alagadas e alagáveis, ocasionando a intensificação da exclusão social com significativo aumento da pobreza e violência urbana.

Mesmo os planos diretores elaborados apontarem formas de planejar melhor o espaço, estes jamais foram executados, e a cidade cresceu de tal forma que chegou a expulsar a população pobre para as áreas de menor interesse comercial, vindo então a ocupar as áreas alagadas como forma de sobrevivência.

Os resultados do trabalho de campo das áreas alagadas do Araxá apontaram para o seguinte: A ocupação das áreas alagadas do bairro não é recente, pois 74,1% do universo pesquisado mora há mais de 5 anos no local; que a população no geral é composta por autônomos, correspondendo a 60,2%; sendo que 88,9% tem renda familiar de até 3 salários e se constatou a dificuldade ao acesso a educação, pois 89,9% dos que responderam ao formulário possui baixa escolaridade.

A população que habita as áreas alagadas do bairro do Araxá em sua maioria é migrante do Estado do Pará, que corresponde a 55,6% e quando questionados, 64,8% do universo amostral alegam não possuírem outro lugar para morar e que por esse motivo permanece nessas áreas.

4. Conclusão

Constata-se assim, a pobreza social, parca infraestrutura básica (rede de esgoto, água encanada, transporte público, energia elétrica), falta de regularidade no serviço de coleta de lixo, acentuado processo de erosão das encostas do rio Amazonas e o grave problema de saúde pública.

Nesse contexto, a garantia das áreas de interesse ambiental e demais áreas públicas cumpre papel relevante, haja vista a importância dessas na preservação de nascentes e cursos d'água, no aumento da permeabilidade do solo, no aproveitamento adequado com uma urbanização controlada (parques, jardins e outros equipamentos comunitários), na melhoria do clima e na luta contra a extinção de espécies da fauna e flora.

Deve-se ressaltar o papel estratégico das administrações municipais no planejamento, organização e desenvolvimento das cidades. Isso não apenas por ser o poder local o que está mais próximo do cidadão e de seus

problemas, mas por ser ele o que efetivamente materializa a maioria das políticas públicas, sendo o plano diretor o principal instrumento a serviço do Município, que com o apoio da União e do Estado e ainda com a participação organizada da sociedade civil, é responsável pelo destino da cidade.

5. Referências bibliográficas

AMAPÁ. Constituição. **Constituição do Estado do Amapá**. Macapá, AP: Assembléia Legislativa, 1991.

_____. Governo do Estado do Amapá. **Relatório de revalidação dos cadastros**. Secretaria de infraestrutura do Estado do Amapá. 2011.

_____. IEPA- Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. **Levantamento geoambiental do bairro do Araxá, Macapá-AP: Subsídio ao Projeto de Urbanismo e Paisagismo**. Macapá, 2002.

_____. Lei Complementar n^o 026/2004, 20 de Janeiro de 2004. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Câmara Municipal de Macapá. 2004.

_____. Lei Complementar N^o 029/2004 - PMM, de 24 de Junho de 2004. **Lei do uso e ocupação do Solo do município de Macapá**. Câmara Municipal de Macapá. 2004.

_____. Lei Complementar n^o 030 de 24 de junho de 2004, **lei do parcelamento do solo urbano do município de Macapá**. Câmara Municipal de Macapá. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023**. Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL. **Decreto-Lei N^o 9.760**, de 5 de Setembro de 1946. Dispoe sobre os bens imóveis da União. **Diário Oficial** da República Federativa do Brasil – D.O.U. 5 Set. 1946.

_____. **Resolução CONAMA No. 421/2010**. Relatorias do Ministério dos Transportes e da Secretaria de Portos, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/E4B1AB8F/gt_dragagem_relatoriaMTeSEP.pdf> Acesso em 21 mar. 2013.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.

CHELALA, Cláudia; CHELALA, Charles. Políticas de desenvolvimento da Amazônia e o meio ambiente. **Revista de Estudos Universitários (REU)**, n 37, v. 1, Sorocaba, 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIRELLI, Cristiane Corrêa. **Ocupações irregulares em áreas úmidas: análise da moradia na ressaca Chico Dias e as consequências para o ambiente urbano.** 2009. 122 fl. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (s.d). **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF**, 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/default.shtm>> Acesso em: 18 mar. 2013.

_____. **Censo demográfico 2010: resultados do universo.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 13 jan. 2012.

_____. A evolução política, demográfica e sócio econômica do Amapá. Disponível em :<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>> Acesso em: 13 jan. 2012.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, Ângelo Ricardo Pereira de. As migrações em Macapá e Santana: sua realidade econômica, social, política e religiosa. In: Diocese de Macapá (Org.). **Ocupação humana na Amazônia setentrional – O caso do Amapá.** Macapá: secretaria diocesana de pastoral, 1995. p. 05-12.

METRÓPOLE, **legislação e desigualdade: estudos avançados.** Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000200013...sci...htm>>, acesso em: 12 jan. 2011.

MITSCHEIN, Thomas A. **Urbanização selvagem e proletarização passiva na Amazônia: O caso de Belém.** Belém: Cejup, 1989.

MONKEN, Maurício; et. al. **O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MORAIS, Paulo Dias; MORAIS, Jurandir Dias. **Geografia do Amapá.** Macapá: JM Editora Gráfica, 2009.

NÉRI, Sara Heloísa Alberto. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para a identificação de comunidades expostas à hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana.** Dissertação (mestrado em ciências em engenharia civil) - programas de pós-graduação de engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2004.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ALVES Alaôr (org.). **Meio ambiente, direito e cidadania.** São Paulo: Signus, 2002.

PORTILHO, Ivone dos Santos. **Áreas de ressaca e dinâmica urbana em Macapá/AP.** 2010. Disponível em <<http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/ivone.htm>>; Acesso em: 22 jan. 2011.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000.** 2 ed. Macapá, AP: 2006.

_____. **Condição fronteiriça amapaense: da defesa nacional à integração (inter)nacional.** In: NASCIMENTO, Durbens Martins. **Amazônia e defesa. Dos fortes às novas conflitualidades.** Belém: NAEA/UFPA, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Artur César Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Políticas públicas ambientais no Brasil: mitigação das mudanças climáticas.** Diez años de cambios en el Mundo, en la geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/xcol/377.htm>>; Acesso em: 03 mar. 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. CARDOSO, Adauto Lúcio. LAGO, Luciana Corrêa do. **Necessidades habitacionais: déficit habitacional & inadequação habitacional.** Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ-FASE). Setembro, 2003. Disponível em <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/nec_hab.pdf>[Similares.htm](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/nec_hab.pdf)>, acesso em: 08 mar. 2012.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann. **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas.** JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital: observatório das cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS, Keila Andréa Araújo Costa dos Santos. **Análise socioambiental da ocupação urbana da área do Aturiá-AP.** 2008. 102 fl. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SERRÃO, Sybelle Lima. **Trabalho de campo nas áreas alagadas do bairro do Araxá.** Macapá-AP, 2012.

SUPERTI, Eliane. **Políticas públicas e integração sul americana das fronteiras internacionais da Amazônia**

brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, n. 14, v. 2, Belém, 2011.

TOSTES, José Alberto. **Planos diretores no Estado do Amapá**: uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá: J. A. Tostes, 2006.

VASCONCELOS, José Romeu de. CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. **O problema habitacional no Brasil**: déficit, financiamento e perspectivas. Texto para discussão n° 410. Ministério do Planejamento e Orçamento. Brasília/DF. Abril de 1996. <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/tda1996.html>> Acesso em: 13 mar. 2012.

VIEIRA, Rejane Esther. **Novo enfoque da gestão pública sócio ambiental no Brasil**: um estudo sobre as políticas públicas sócio ambientais na administração pública brasileira. Disponível em: <<http://www.artigosbrasil.net/art/.../politica-publica-socioambiental.html%22.htm>> Acesso em: 20 mar. 2012.